

Lagos Norte e Sul

A inclusão das penínsulas Norte e Sul na área de Brasília sujeita ao tombamento decretado pelo Patrimônio Histórico Nacional e Fundo das Nações Unidas para a Cultura (Unesco) é iniciativa coerente com as políticas de valorização urbana e preservação ambiental. Sua admissão no programa administrativo do futuro governador Joaquim Roriz corresponde à evolução natural das ações permanentes para atendimento de demandas públicas essenciais.

No Plano Piloto, a população situa-se no limite de 500 mil habitantes prevista no planejamento original. Mas, na geografia mais ampla do Distrito Federal, as projeções estatísticas indicam que vivem perto de dois milhões de pessoas, com influência negativa sobre o núcleo inicial. Trata-se de expansão demográfica só comparável em proporção à dos maiores centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, para aonde se encaminha a maior parte das migrações internas desde o processo de industrialização iniciado na década de 40.

A questão populacional guarda aspecto singular no quadrilátero geográfico onde se instalou a capital da República. Antes de tudo porque sua destinação política e as modernas concepções do traçado urbano não permitem o desenvolvimento de atividades industriais de escala. Abre-se apenas exceção às iniciativas não poluidoras, assim mesmo sujeitas a confinamento nos espaços periféricos. Logo, o DF não se presta como centro para acolhimento da força de trabalho em busca de emprego.

Segue daí a necessidade de cuidados permanentes do poder público na ocupação do

solo e na definição das vocações sociais dos núcleos humanos. O eventual tombamento dos lagos Norte e Sul, como são conhecidos os bairros localizados nas duas penínsulas, atende a algumas conveniências relevantes, todas vinculadas ao interesse coletivo.

A primeira delas é o bloqueio à especulação imobiliária que, em muitos casos, tem prejudicado o critério de relações espaciais previstas para assegurar níveis ideais de qualidade de vida. Depois, o tombamento corresponderá a salvaguardas aptas a evitar, ou pelo menos diminuir, os gargalos nos fluxos de circulação populacional, hoje já intensos na região. E, como efeito colateral benigno, interromperá as agressões ao meio ambiente. Haverá melhorias na utilização de áreas verdes e na sua conservação.

Recente pesquisa da Organização das Nações Unidas mostrou que Brasília é a quarta cidade brasileira em qualidade de vida, atrás apenas de Curitiba, Campinas e Goiânia. Em passado não muito distante ostentava o título de prodigalizar área verde para cada habitante em dimensão superior à de qualquer outra metrópole. A explosão demográfica reduziu em muito semelhante correlação, embora a capital disponha ainda de elevados padrões de coexistência social e de meio ambiente preservado.

O que se faz indispensável é a reflexão continuada sobre o planejamento da cidade, com o sentido de prevenir o surgimento de hipóteses predatórias capazes de comprometê-la em seus valores humanos. Tombar os lagos Sul e Norte como extensões protegidas de mudanças urbanas inadequadas com certeza serve a propósitos do gênero.